

Mira Amaral

Opção por África garante futuro da indústria nacional

Entre o Leste europeu e África, as opções dos industriais portugueses devem cair sobre esta última. «Temos já um acervo de conhecimentos e afinidades que ninguém pode pôr em causa», diz Mira Amaral. A Leste fica a expectativa de dias melhores. Quanto ao PEDIP, trata-se apenas de «histórias de sucesso»

José Manuel Vasconcelos

«O Jornal da Economia» — É conhecido, em termos de PEDIP, como o Ministro 300 por cento. Para 1991, os dados de que dispõe apontam no mesmo sentido dos anos anteriores?

Mira Amaral — Sem dúvida. A linha orçamental específica do Pedip — aquela que é gerida directamente pelo Ministério da Indústria e Energia e sem ligação a Bruxelas — foi executada a 100 por cento nos anos de 1988 a 1990, quer em termos de compromissos quer em termos de pagamentos. Para este ano, tudo indica, considerando os dados do primeiro semestre, que tal volte a acontecer. E isto porque continuamos com o mesmo ritmo de execução que tínhamos nos anos anteriores. Posso dizer-lhe que o PEDIP tem tido um grande sucesso em Portugal. Em Bruxelas ele foi um factor de reforço da nossa credibili-

dade. Quando obtivemos o PEDIP, muitos consideraram que o dinheiro seria mal aplicado. Afinal constata-se que da maneira como temos gerido o PEDIP, este tem sido transparente. Bruxelas tem todos os indicadores de gestão do PEDIP e nós temos isso tudo disponibilizado. Há uma gestão perfeitamente transparente. Aliás, penso que é o primeiro programa comunitário a ter indicadores de gestão tão pormenorizado que facilmente se sabe tudo o que se passa.

P. — As autoridades comunitárias estão plenamente satisfeitas com a execução do Programa...

R. — O comissário Bange-man, quando esteve em Portugal chamou-me o "ministro 300 por cento" devido a essa execução e considero que o PEDIP tem dado um apoio extremamente importante à indústria portuguesa. Como eu também já disse, o PEDIP tem feito coisas extremamente positivas. Mas ainda falta consolidar tudo aquilo que tem sido

feito. Aliás, isto é comum à economia portuguesa. O próprio primeiro-ministro tem dito que nós temos avançado de forma excelente, mas falta consolidar tudo aquilo que obtivemos até agora e é esse o problema que também temos na indústria.

P. — O PEDIP 2 sempre vai avante ou não passará de uma reformulação do tal PEDIP?

R. — É permaturo falar disso. Tudo o que posso dizer é que terá de ser negociado o novo Quadro Comunitário de Apoio para Portugal e isso será o novo pacote financeiro de apoio a Portugal. É nesse quadro que terá de haver lugar para um programa de apoio à indústria portuguesa. O nome que lhe chamem é para mim secundário, digamos que é uma questão semântica.

O que é importante é que no novo quadro comunitário de apoio à indústria portuguesa exista um programa de apoio que consolide de facto aquilo que o PEDIP tem feito de positivo na indústria portuguesa.

Tenho uma visão clara de como é que esse programa deve existir. Deve estar de acordo com as orientações e prioridades da política industrial portuguesa. Essas orientações e essas prioridades em termos horizontais são: inovação e desenvolvimento tecnológico, a qualidade e design, o apoio às marcas portuguesas, o apoio à introdução de tecnologias limpas na indústria e o apoio também à internacionalização da indústria portuguesa. Isto em termos

de prioridades horizontais.

Em termos de prioridades sectoriais temos o problema da modernização dos nossos sectores industriais tradicionais, como o têxtil, vestuário e o calçado, temos o lema do desenvolvimento das tecnologias de informação e da electrónica, dos bens de equipamento, da indústria automóvel e componentes para automóvel, introduzido agora por este esforço que temos feito de captação de investimento estrangeiro, e temos ainda o problema das eco-indústrias, das indústrias limpas. E ainda temos aquela grande prioridade que sempre houve de aproveitamento industrial dos recursos naturais portugueses, quer recursos florestais, minerais, ou as agro-indústrias. Essas são as grandes linhas da prioridade da indústria portuguesa horizontal e sectoriais.

Logicamente um programa de apoio à indústria é um instrumento da política industrial e por isso deve estar de acordo com estas prioridades que referi.

URSS não é problema

P. — Os acontecimentos mais recentes na URSS e no Leste da Europa não condicionarão a vinda para Portugal, não dos fundos estruturais que já estão consignados aos vários programas destinados ao nosso país, mas os que estão em negociação com vista à consolidação dos avanços que entretanto fo-

ram conseguidos na nossa indústria?

R. — Bom esse problema não sou eu que vou negociar. Estão a decorrer conferências inter-governamentais, em que os meus colegas dos Negócios Estrangeiros e das Finanças estão presentes. Os acontecimentos a Leste não podem prejudicar ou fazer esquecer à Comunidade a necessidade de continuar a apoiar os países menos industrializados da Europa Comunitária. Só assim se garantirá uma integração harmoniosa desses países no Mercado Único Europeu e na UEM.

Temos por muito claro que a UEM pressupõe a continuação do apoio estrutural a Portugal para que o nosso país possa integrar-se harmoniosamente nessa Europa. Nós não queremos uma Europa a duas velocidades, e portanto continuaremos a precisar de apoios para a integração na UEM.

Os acontecimentos a Leste não podem fazer esquecer a necessidade que a Comunidade tem de continuar a apoiar países como Portugal. Isto é do interesse da própria Comunidade, porque, ao querer aprofundar-se através da UEM, tem todo o interesse em que os seus membros tenham nela uma integração harmoniosa. E por isso julgo que o tipo de instrumentos de apoio a um país como Portugal, que já é uma economia de mercado, e agora precisa de apoios para consolidar essa economia de mercado, são diferentes do tipo de instrumentos de apoio aos países do Centro e Leste Europeu. É que nesses países ainda não existe uma economia de mercado. Temos ainda de lhes ensinar o ABC das regras elementares da economia de mercado. Não vale a pena estar a dar apoios financeiros, se não se corrigirem as estruturas e as mentalidades.

Há portanto todo um trabalho preliminar a fazer nestes países de Centro e Leste Europeu que em Portugal está feito. Nós já estamos numa economia de mercado, já temos empresários e trabalhadores conscientes nessa matéria. Digamos que o nosso quadro mental já está a funcionar numa economia de mercado, embora com deficiências.

Nesses países do Centro e Leste Europeu o problema é anterior e este: é alterar as estruturas para que progressivamente se venham a ajustar a um quadro de economia de mercado. Por isso esses países não estão em condições de uma adesão à CEE imediatamente, e por isso o tipo de apoio que a Comunidade lhes prestará é diferente daquele que é dado a um Estado Membro como Portugal.

África é a opção

P. — Em que medida a indústria portuguesa pode ser afectada pelo que se está a passar na União Soviética e em outros países do Leste Europeu?

R. — Se me perguntar o meu sentimento em termos de probabilidades Leste europeu/África eu dir—lhe—ei claramente que aposto mais em África que no Leste europeu.

Porquê? Porque temos uma experiência em África, conhecemos—la, neste domínio, vantagens comparativas face a outros países.

Nas minhas visitas como ministro da Indústria e Energia ao continente africano, e mesmo antes, concluí que esses países têm a consciência de que necessitam dos portugueses para a modernização das suas economias. Nós temos uma capacidade de trabalhar nesses países que os outros não têm.

Podemos ter em África uma estratégia de utilização industrial que passa por muitos investimentos em sectores industriais tradicionais serem feitos em África e não continuarem a ser feitos em Portugal.

P. — Refere-se ao fenómeno da deslocalização industrial?

R. — Sim. Há equipamentos em Portugal, em certos sectores, que já não são viáveis mas que poderão ser utilizados nos países africanos de expressão oficial portuguesa. Em África não se pode ter a última palavra da tecnologia porque não existe uma estrutura de manutenção e de pessoas para assegurar o funcionamento desses equipamentos e portanto muitos equipamentos que já não são competitivos em Portugal podem naturalmente ser os mais indicados para esses países africanos.

Portanto, os industriais portugueses têm aqui uma boa possibilidade de investimento em África com equipamentos que são inteiramente adequados ao funcionamento desses países. Isto é nítido em sectores industriais tradicionais e por isso é que tenho dito que há uma estratégia europeia que é complementada a uma estratégia africana.

Em sectores industriais tradicionais os industriais portugueses em Portugal ou no espaço europeu têm de se preocupar com o aumento da qualidade e da produtividade das suas empresas e têm de se preocupar com a sua imagem de marca.

Digamos que aqui em Portugal e na Europa têm de fazer aquilo que eu chamo um crescimento em qualidade. Mas já não estão na preocupação de expandir as suas unidades produtivas.

É justamente em África, nestes países que desejam agora o esforço industrial português para a sua população, que os portugueses se podem expandir. Há aqui uma estratégia articulada: na Europa um crescimento em qualidade, em África estratégias de expansão nessa perspectiva de localização industrial utilizando equipamentos que são perfeitamente ajustados às realidades desses países.

P. — Mas os mercados a Leste têm um grande potencial de crescimento.

R. — É evidente que sim. Esses países estão muito carenciados de bens de consumo, que são perfeitamente acessíveis nos mercados europeus em que vivemos.

Mas eles têm um problema grave com pagamentos. Neste aspecto, as empresas portuguesas têm de ser muito cautelosas, uma vez que não têm estrutura financeira que lhes permita estar a suportar tais encargos financeiros. Surgem daí grandes riscos de falência, pelo que terão de ser muito cautelosas nas suas relações com o Leste Europeu.

Por outro lado, esses mercados são desconhecidos para as empresas portuguesas. Nós aí não temos o á-vontade com que estamos em África.

Para o Leste Europeu, ou vamos com outros, ou aproveitamos os financiamentos de terceiros. Sózinhos é demasiado arriscado.

O exemplo mais recente que tivemos foi com o sector do calçado, que exportava muito para a URSS e que agora se viu a braços com incumprimentos de pagamentos. Portanto, em termos físicos, é verdade que o Leste Europeu é um grande mercado, mas, em termos económicos, eles não têm os meios de pagamento necessários para fazer face às suas responsabilidades.

Concorrência do Leste

Um outro aspecto a reter, é que estes países vão ter, a prazo, produções que vão competir com as produções nacionais, em sectores tradicionais, na metalomecânica ou mesmo nas agro-indústrias.

A nossa resposta virá pelo aumento do nosso esforço de modernização, para que nos possamos manter à frente do pelotão dos países da segunda linha de desenvolvimento industrial.

Este esforço de modernização já começa a ser visível. Nos sectores tradicionais, como por exemplo o têxtil, na medida em que a indústria portuguesa deixar de trabalhar a feição, para começar a produzir marcas próprias e a ter o controlo dos circuitos de distribuição externos, menos vulnerável estará às pressões das produções do Leste. Isto porque estes países vão entrar, neste sector, numa fase por que Portugal já passou, temos que evoluir para um patamar superior, com produtos de alta qualidade, de alta gama e criando marcas próprias.

P. — Até que ponto está a ser conseguida a modernização efectiva da nossa indústria? Os industriais portugueses estão sensibilizados?

R. — Nesse domínio, o PEDIP tem tido em Portugal um carácter pioneiro na introdução na indústria portuguesa dos factores dinâmicos de competitividade: inovação, desenvolvimento tecnológico, qualidade, design, os recursos altamente qualificados.



Mira Amaral
«Os ganhos de produtividade das empresas portuguesas têm-lhes garantido maior quota nos mercados externos»

O PEDIP tem vários programas para apoiar todas estas vertentes. Tem também apoiado as tecnologias limpas.

Por outro lado, as empresas portuguesas começam já a delinear estratégias ao nível da diferenciação do produto. Até há pouco, elas preocupavam-se apenas com a racionalização das suas unidades de produção e em produzir. Hoje já se começam a preocupar com os produtos. Estamos já numa fase mais sofisticada, em que não está em causa produzir qualquer coisa, mas diferenciar o produto pela qualidade, pelo design, pela imagem de marca.

Notam-se também nítidos aumentos de produtividade nas empresas. Repare-se que temos ganho quotas de mercado, mesmo apesar de a política cambial ter deixado de acomodar o diferencial de inflação entre Portugal e os países de destinos das nossas exportações. Ou seja, os ganhos de produtividade das empresas permitiram-lhes não só vencer o diferencial de inflações como também ganhar quota de mercado.

Relativamente à diversificação industrial, é notório que tanto o PEDIP como o SIBR têm dado grande contributo.

O Sinpedip apoiou a modernização e a diversificação nos distritos mais industrializados e o Sibr apoiou a indústria nos menos industrializados e em Setúbal.

O Pedip, em termos de grandes projectos, apenas apoiou a recuperação da Mabor, a fábrica da Copaf, em Cantanhede e da Samsung, em Sintra.

O Sibr apoiou mais projectos de investimento estrangeiro que investiram para a nossa diversificação: apoiou o projecto da Valmet, no Montijo, apoia o investimento da Ford

Electronics, em Setúbal, e da Ford/VW, para só referir os mais significativos.

Em perspectiva está um novo investimento da Samsung, no domínio da microelectrónica, mas que pretendemos vá para o Vale do Ave. Aí será o FEDER, via Sindave, a apoiar. Para Setúbal, não se perspectivam mais investimentos para além dos induzidos pelo projecto Ford/VW.

P. — Com tantos investimentos para a região de Setúbal, não haverá riscos de sobre-investimento?

R. — Para a região de Setúbal sim, mas para Sines não. De qualquer forma, já mudámos a agulha e agora queremos novos investimentos no Vale do Ave. Foi nesse sentido que o Ministério do Planeamento negociou em Bruxelas a linha específica de apoio ao Vale do Ave, através do Sindave — Sistema de Incentivos à Diversificação Industrial do Vale do Ave.

Há também industriais portugueses que estão interessados na região. E inclusivamente até para aproveitar o projecto Ford/VW. No fundo, acaba por se criar uma complementaridade entre as duas regiões Setúbal e Vale do Ave.

Energia com plano dinâmico

P. — A nível energético, a apresentação do Plano Energético Nacional levou à opção pelo gás natural...

R. — Numa economia de mercado, os planos não são imperativos mas indicativos. Mas num sector como o da energia, há mesmo necessidade de um plano, uma vez que há tendências de médio e longo prazos que devem ser delineadas.

Mas para nós um plano energético não é uma lei-qua-

dro. É antes um exercício contínuo e permanente de reflexão sobre o sistema energético. Criámos uma estrutura que estará permanentemente em funções.

O nosso PEN habilita os decisores sobre política energética com um conjunto de informações, por forma a que seja sempre possível tomar as decisões correctas.

As decisões recentes, passam pela diversificação das fontes energéticas — introdução do carvão e do gás natural — diminuindo a nossa dependência em relação ao petróleo. Foi nesse quadro que opto pelo gás natural.

Por outro lado, com esta filosofia, aumenta a nossa eficiência energética. Um outro aspecto a destacar, é que pela primeira vez foram quantificados todos os aspectos relativos ao impacto ambiental.

Os investimentos em curso no sector são significativos: 200 milhões no gás natural, apoiado pelo Pedip e pelo Quadro Comunitário de apoio português; na produção independente de electricidade, teremos investimentos superiores a 200 milhões de contos; a Petrogal, na área industrial e comercial prevê investimentos da ordem dos 110 milhões de contos; a EDP tem um plano de investimentos privilegiando a área de transporte e distribuição que rondam os 430 milhões de contos; etc.

Isto demonstra o esforço que está a ser feito também no sector energético.

O problema da racionalização da energia não se coloca tanto ao nível das actividades industriais como nas terciárias. As actividades industriais têm de ser racionais na utilização da energia, sob pena de deixarem de ser competitivas. Nas actividades terciárias, esse problema é mais difuso e, também, mais difícil de racionalizar a utilização de energia. É neste sector que se coloca a necessidade de uma maior eficiência energética.

EDP não está em privatização

P. — A produção de energia vai ter dois grandes centros produtores de energia: a Central da Tapada do Outeiro e a do Pêgo. Como está o processo desta última?

R. — Antes de tudo, esta opção pela produção privada decorre do facto de se considerar não haver nenhuma razão para que a EDP mantivesse o monopólio da produção de energia. Não se trata de privatizar a EDP. O que se fez foi permitir a entrada de produtores privados de energia.

Por outro lado, a regularização dos pagamentos das dívidas à EDP veio melhorar consideravelmente a situação financeira da empresa. Mas isso não foi suficiente para permitir que a EDP procedesse aos investi-

mentos necessários à modernização das suas várias redes de distribuição, muitas delas quase obsoletas. Com o endividamento com que estava, a EDP não tinha capacidade para fazer face ao esforço de investimento na produção e na distribuição. Algo tinha de ser feito. Daí a abertura à iniciativa privada da produção de energia.

A primeira central é já a de ciclo combinado da Tapada do Outeiro. Fez-se um concurso internacional, cujos resultados finais são do domínio público. O consórcio Siemens, o que foi escolhido, está agora a negociar com a EDP e com os futuros concessionários da rede de transporte de alta pressão as condições de fornecimento do gás.

O problema da Central do Pêgo é diferente. Esta é um activo da EDP, sendo portanto do âmbito interno da empresa.

Pêgo vendida depois de Outubro

A Central do Pêgo não será vendida dentro desta legislatura. A data anunciada pela Comunicação Social, como sendo a data limite — 30 de Setembro — não tem fundamento. As coisas têm de ser feitas com transparência e lisura de processos, e neste caso a variável tempo não é a variável de decisão deste processo. A EDP ainda está a fazer as suas análises e ainda não fez chegar nenhum relatório sobre o assunto ao Ministério.